



# **O MÉTODO HISTÓRICO-CRÍTICO: UMA INTERPELAÇÃO CRÍTICA À OBJETIVIDADE DO EXEGETA E AOS PASSOS METODOLÓGICOS DO MÉTODO HISTÓRICO-CRÍTICO<sup>1\*</sup>**

**Jörg Garbers<sup>2\*\*</sup>**

## **I. INTRODUÇÃO**

Neste artigo, não quero me dirigir à pergunta dogmática se e até que ponto o Método Histórico-Crítico (doravante: MHC) pode ser bem-sucedido em ouvir a revelação de Deus a partir das Escrituras e, se a partir do seu pressuposto, é possível fazer com que os textos bíblicos falem para a igreja e comunidade de hoje. No meu trabalho, as perguntas específicas e relevantes da revelação ficam do lado de fora; na literatura correspondente<sup>3</sup>, elas sempre de novo foram abordadas e deverão ser consideradas sempre de novo.

Desde o seu surgimento, o MHC sempre se preocupou em compreender e interpretar o texto bíblico inserido na história.<sup>4</sup> Como tarefa, ele se propôs a iluminar o sentido verbal das Escrituras e indagá-lo<sup>5</sup> no seguinte sentido: no seu tempo, o que cada autor/narrador quis expressar em relação a seus leitores/ouvintes. Livre de qualquer tutela teológica, esse sentido verbal das Escrituras deveria ser averiguado e contribuir para compreender os textos bíblicos sem premissa e, com

1 \* O presente texto representa um artigo não-publicado do autor, em língua alemã, tendo sido traduzido para a língua portuguesa por Werner Wiese e Claus Schwambach.

2 \*\* Jörg Garbers (Ms.) é Professor da área bíblica – Antigo Testamento da Faculdade Luterana de Teologia – FLT (São Bento do Sul/SC).

3 Cf. as *introduções e bibliografias* dos *Manuais de Exegese* que estão arroladas na bibliografia deste trabalho.

4 Assim, por exemplo, em Horst Klaus BERG. *Ein Wort wie Feuer*. München; Kösel Verlag / Stuttgart: Calwer Verlag 1991, p. 41.

5 Cf. Martin VOLKMANN; Friedrich Erich DOBBERAHN; Ely Éser Barreto CÉSAR. *Método Histórico-crítico*. São Paulo: CEDI 1992.

isso, enquadrá-lo crítica e historicamente. Para chegar a tal resultado, pesquisa histórica e filológica devem andar de mãos dadas.<sup>6</sup> Aplicado de forma crítica, os respectivos resultados da pesquisa histórica e filológica, sem dúvida, influenciarão aquilo que cada intérprete compreende como significado verbal das Escrituras. Dessa forma, no decorrer do tempo, formaram-se vários passos metodológicos a fim de se aproximar do alvo: como o texto surgiu e o que ele significava naquela época.<sup>7</sup>

Durante muito tempo, os representantes do MHC estavam convictos de que alcançariam resultados racionais inteligentes. Assim, esse método também era ensinado como único método normativo; também no meu tempo de estudo.<sup>8</sup> Apesar disso, nos últimos 25 anos, uma série de coisas aconteceram.<sup>9</sup> O MHC é criticado cada vez mais, e isso não apenas da parte de representantes de uma teologia evangélica ou fundamentalista. É reivindicado (afirmado) que na sua forma clássica ele (o MHC) apenas contribui de maneira muito condicionada para a atualização do texto, de modo que a comunidade o ouça hoje.<sup>10</sup> E também em relação aos seus métodos e resultados ele é passível de questionamento.<sup>11</sup> Assim, muitos outros métodos – ou se diria melhor – conceitos hermenêuticos foram desenvolvidos para se opor a essa desvantagem.

Este artigo trata do alvo do MHC. Até hoje persiste a opinião de que com o auxílio do MHC é possível chegar a resultados úteis, mais ou menos objetivos, que cada qual pode verificar, bastando saber aplicar corretamente os passos (do MHC).<sup>12</sup> Os resultados e as descrições diferenciados e muitas vezes contraditórios que se encontram nos comentários e introduções ao AT e NT hodiernos, contudo, deixam surgir dúvidas a esse respeito e levantam a pergunta: qual resultado, pois, tem a probabilidade histórica maior?

Por exemplo, eu penso na discussão em torno da “*vox ipsissima*”

6 Cf. Wolfgang RICHTER. *Exegese als Literaturwissenschaft*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht 1971, p. 27ss.

7 Os autores do livro “*Proseminar I Altes Testament*”, no início da descrição de cada passo metodológico, dão uma boa visão panorâmica sobre o surgimento de cada processo de trabalho. Cf. Siegfried KREUZER; Dieter VIEWEGER et. al. *Proseminar Altes Testament*. Stuttgart: Kohlhammer 1999.

8 Meu tempo de estudo situa-se entre 1984 e 1990. Ainda consigo me recordar que estudantes que propuseram ou seguiram outros caminhos hermenêuticos foram avaliados com notas ruins, mesmo que provassem o uso correto do MHC.

9 Cf. Horst Klaus BERG, *Ein Wort wie Feuer*. Numa visão panorâmica, o autor procura seguir esses novos acessos e conceitos hermenêuticos.

10 Cf. op. cit., p. 92s.

11 Cf. Martin VOLKMANN; Friedrich Erich DOBBERAHN; Ely Éser Barreto CÉSAR. *Método Histórico-crítico*, p. 77ss.

12 Cf. Siegfried KREUZER; Dieter VIEWEGER et. al. *Proseminar Altes Testament*, p. 13ss.

de Jesus, na área neotestamentária. Aqui encontramos desde o extremo, de que todas as suas palavras são formações da comunidade e da tradição até ao outro extremo, de que todas as suas palavras são historicamente autênticas,<sup>13</sup> tudo isso (está) na literatura. Ou eu penso na discussão que ameaça mergulhar o trabalho exegético no ridículo, a respeito das camadas das fontes no AT, de modo especial nos assim chamados livros históricos.<sup>14</sup> As abreviações para as respectivas camadas das fontes Dtr, DtrH, DtrP, Rã, Rp, Rchr, J1, J2, JE, E1, E 2,<sup>15</sup> etc... deixam pressentir algo da situação da pesquisa extensa e muitas vezes difícil. Para o não-especialista, torna-se cada vez mais difícil ter familiaridade com essas abreviações ou mesmo torná-las frutíferas para uma exegese. Com isso, muitas questões legítimas e resultados da exegese veterotestamentária, com certeza, tornam-se inautênticas. Vários autores estão convictos de que possam definir com toda precisão – precisão da quarta parte de versículo – o que pertence a que camada de fonte.<sup>16</sup> Por fim, ainda seja remetido ao tema da posse da terra de Israel: modelo marcial<sup>17</sup>, modelo da ocupação pacífica da terra,<sup>18</sup> modelo revolucionário,<sup>19</sup> variantes,<sup>20</sup> formas mescladas de todos os três ou só de dois modelos.<sup>21</sup>

De forma alguma, quero colocar inteiramente em xeque o MHC, mas eu penso que está na hora de se tornar claramente consciente de que na sua tarefa mais própria – a averiguação de conclusões históricas – algo

13 Cf. Ferdinand HAHN. *Rückfrage nach Jesus*. Freiburg-Basel-Wien: Herder 1977.

14 Para tal, cf. as diversas posições em diferentes obras da literatura introdutória ao AT, que se encontram nas referências bibliográficas finais.

15 Cf. Klaus BIEBERSTEIN. *Josua – Jordan – Jericho; Archäologie, Geschichte und Theologie der Landnahmeerzählungen Josua 1-6*. Freiburg, Suíça: Universitätsverlag / Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht 1995.

16 Cf. Georg FOHRER. *Einleitung in das Alte Testament*. 12. ed. Heidelberg: Quelle & Meyer 1979.

17 Cf. William Foxwell ALBRIGHT. *Von der Steinzeit zum Christentum*. München: Leo LEHNEN Verlag 1949 e John BREITGHT. *A history of Israel*. 2. ed. Philadelphia: Westminster 1972.

18 Cf. Albrecht ALT. *Die Landnahme der Israeliten in Palestina*. In: Ders. Kleine Schriften zur Geschichte des Volkes Israel. Vol. 1. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung 1953; Albrecht ALT. *Erwägungen über die Landnahme der Israeliten in Palästina*. In: Ders. Kleine Schriften zur Geschichte des Volkes Israel. Vol. 1. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung 1953; Martin NOTH. *Geschichte Israels*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht 1956

19 Cf. G. E. MENDENHALL. *The Tenth Generation: The Origins of the Biblical Tradition*. Baltimore: The John Hopkins University Press 1974.

20 Um ampliação e continuação do modelo oferece Norman K. GÖTTWALD. *The tribes of Yahweh: a Sociology of the Religion of liberated Israel, 1250-1050/ B.C.E*. Maryknoll: Orbis Books 1979.

21 José Luis Cf. SICRE. *Los orígenes de Israel*. In: *Estudios Bíblicos* 46. Madrid: Instituto Francisco Soarez 1988, p. 421-456.

“de errado acontece”. Poderia ser que se tenha esquecido que resultados históricos sempre também são acometidos pela subjetividade, ou pode ser que, se teoricamente se teve consciência disso, na prática se era omissos em relação à modéstia e ao cuidado na formulação de resultados?

No meu artigo, quero passar os passos metodológicos e indicar em que lugares a pessoa do exegeta ou, com outras palavras, a subjetividade se imporá. Isso talvez seja um caminho que, a princípio, só repete ou enfatiza o que já sabemos. Contudo, certamente faz sentido colocar de forma explícita diante dos olhos o que na verdade se sabe teoricamente, mas, na prática, às vezes se esquece e então se luta pelos resultados e conclusões históricos como se esses fossem colunas histórico-dogmáticas com as quais a compreensão da Bíblia se mantém ou cai.

Segundo a minha opinião, hoje não mais é possível dizer, com convicção, que a partir dos métodos do MHC chegamos a resultados objetivos e historicamente seguros. Em todos os casos, podemos nos aproximar destes, mas isso muito menos do que pensamos, muitas vezes. Por essa razão, seria apropriado questionar de forma nova, formular mais cuidadosamente ou simplesmente deixar de lado muitas das hipóteses que se baseiam nas teses dos predecessores que, por sua vez, utilizam os supostos resultados dos predecessores (a assim por diante). Então se poderia também chegar ao ponto em que intérpretes “liberais” e “conservadores” pudessem se encontrar de forma mais tolerante.

Na moldura (contexto) deste artigo, infelizmente não é possível procurar por respectivos exemplos precisos da literatura exegética, comentários etc., e juntá-los aqui. Para isso não há espaço disponível.

A princípio, seria um tema de pesquisa interessante se os dados biográficos de cada exegeta ou pesquisador individualmente estivessem à disposição para poder compará-los com os resultados do pesquisador. Penso que detalhes palpantes viriam à tona.

## II. ORIGEM E OBJETIVOS DO MÉTODO HISTÓRICO-CRÍTICO

A história e as raízes do MHC já foram abordadas várias vezes detalhadamente na literatura.<sup>22</sup> Por essa razão quero limitar-me, aqui, ao que é fundamental.

Na igreja medieval, os textos bíblicos, por princípio, eram interpretados conforme o sentido quádruplo das Escrituras; parcialmente

---

<sup>22</sup> Veja as referências bibliográficas finais.

inclusive foram postulados “outros sentidos das Escrituras”.<sup>23</sup> Obviamente também surgiram posições e opiniões controvertidas. A tradição da igreja, na pessoa do papa e dos concílios, como instância superior, decidia qual das interpretações e compreensões de textos seria a correta.<sup>24</sup> Com outras palavras, a interpretação da Bíblia estava subjugada à alteza da autoridade da igreja.

Especialmente na sua luta contra as indulgências, em Lutero se desenvolveu um princípio hermenêutico novo que, em toda brevidade, pode ser circunscrito em quatro pontos:<sup>25</sup> 1) As Escrituras são a única fonte de revelação; com isso ela está acima do papa e dos concílios. 2) Lutero reconhece apenas o “sentido literal das Escrituras” como sentido normativo das Escrituras. 3) As Escrituras são claras e compreensíveis em si e podem ser explicadas a partir delas mesmas. 4) Como Palavra de Deus vale “aquilo que promove a Cristo”. Com esses quatro princípios, não é possível expressá-lo de outra maneira, Lutero reformou, ou melhor, revolucionou a interpretação das Escrituras e com isso, em última instância, também a igreja.<sup>26</sup>

Tirado da obrigação autoritária da igreja, Lutero chega a fazer observações e apontamentos críticos em relação aos livros bíblicos e textos. Mas com isso Lutero também desencadeou uma verdadeira afluência para a Bíblia. Ela agora é sozinha o fundamento competente e norma única para a igreja. Igreja está onde a Palavra e os Sacramentos são corretamente distribuídos.<sup>27</sup> Para lembrar: para Lutero, Sacramento é a distribuição da Palavra de forma visível.<sup>28</sup> Por isso, uma de suas conseqüências diz que a Palavra tem de alcançar o povo: em tempo verdadeiramente recorde ele traduz o NT<sup>29</sup> e, mais tarde, também o AT com um pouco mais de paciência. Com isso Lutero, ao mesmo tempo, desencadeia uma tormenta exegética entre os eruditos e também entre os leigos.

A ortodoxia luterana subseqüente, por assim dizer, colocou uma

---

23 Cf. Horst Georg PÖHLMANN. *Abriss der Dogmatik*. 3. ed. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus Gerd Mohn 1980, p. 56.

24 Cf. Id. *Ibid.*, p. 56.

25 Cf. Id. *Ibid.*, p. 56s.

26 Em sua biografia de Lutero, Martin Brecht o destaca de forma muito bonita. Martin BRECHT. *Martin Luther – Sein Weg zur Reformation 1483-1521*. 2. ed. Stuttgart: Calwer Verlag 1993.

27 Cf. *A confissão de Augsburg* – Edição comemorativa 1530-2005. São Leopoldo: Editora Sinodal / Porto Alegre: Editora Concórdia / Curitiba: Encontro Publicações 2005, Art. VII.

28 Cf. Horst PÖHLMANN, *Abriss der Dogmatik*, p. 264s.

29 Cf. Martin BRECHT. *Martin Luther – Ordnung und Abgrenzung der Reformation 1521-1532*. Stuttgart: Calwer Verlag 1986, p. 53ss.

camisa de força sobre o estímulo e a pesquisa exegética.<sup>30</sup> Na preocupação com a Palavra preciosa e para protegê-la e guardá-la, a doutrina da inspiração verbal foi colocada no pedestal da erudição teológica. Isso foi um ato que restringia e limitava em muito a pesquisa textual. A Palavra figurava como prova textual para doutrina ortodoxa<sup>31</sup> e teve que ser forçada para dentro de trilhos e direções nos quais não se enquadrava bem. Finalmente e conseqüentemente à inspiração verbal se associou a infalibilidade do texto e, para prová-la, muitas artimanhas exegéticas tiveram que ser empregadas.

Porém, logo depois, com o principiar do Iluminismo na Inglaterra, França e Alemanha<sup>32</sup>, as coisas começam a se inverter. O resultado: a Bíblia é compreendida como documento histórico que, como todos os outros documentos históricos, deve ser submetido aos métodos de pesquisa convencionais.<sup>33</sup> Os textos das Escrituras são compreendidos historicamente, com todas as conseqüências que fazem parte (desse processo). No trabalho histórico, nós nos libertamos criticamente do dogma eclesiástico e outros “antigos” e com isso se criam cosmovisões “antiquadas”. A razão do ser humano está no centro da compreensão: crítica, analogia, correlação e imanência são slogans de uma nova exposição e interpretação de textos. Vale o que é racionalmente explicável e historicamente deduzível. Nomes como Semler, Troeltsch, de Wette, Grotius, Baur e muitos outros mais levam a exegese adiante, criam novas bases, chegam a conhecimentos importantes e fundamentam o que nós hoje chamamos de Método Histórico-Crítico (MHC).

Sem entrar em detalhes, quero insistir que nos avanços da evolução e aprimoramento dos passos metodológicos, preponderantemente se trata de uma (só) coisa: abranger o sentido literal das Escrituras. Sob isto eu compreendo o esforço para investigar o texto, lançando mão da crítica e de métodos históricos a fim de compreender como um texto surgiu e o que o autor pretendia dizer, em cada uma de suas fases de surgimento. Nada de estranho deve ser projetado para dentro do texto, o que este originalmente não continha, como é o caso no sentido alegórico do texto.<sup>34</sup> O esforço pelo sentido literal das Escrituras se baseia no pressuposto, que não posso

---

30 Cf. Martin VOLKMANN; Friedrich Erich DOBBERAHN; Ely Éser Barreto CÉSAR. *Método Histórico-crítico*, p. 12ss.

31 Cf. Horst PÖHLMANN, *Abriss der Dogmatik*, p. 57ss.

32 Cf. em detalhe, p. ex. Hans Joachim STÖRIG. *Kleine Weltgeschichte der philosophie*. 12. ed. Vol. 2. Stuttgart: Fischer Taschenbuch Verlag 1981.

33 Cf. Martin VOLKMANN; Friedrich Erich DOBBERAHN; Ely Éser Barreto CÉSAR. *Método Histórico-crítico*, p. 37ss.

34 A história da conquista de Jericó poderia ser interpretada no sentido de que os muros sejam compreendidos como obstáculos espirituais que se opõem a uma conversão. Assim foi a pregação que ouvi uma vez.

abordar no meu trabalho, de que somente aqui a Palavra de Deus se torna audível de maneira não adulterada e que está segura contra agressões subjetivas.<sup>35</sup> Houve e há consenso de que esse sentido literal das Escrituras pode ser trazido à tona, se as seguintes perguntas forem respondidas: quem é o autor original? Quais tradições estão por detrás do texto? Quais tradições orais estão por detrás do texto? Como era a situação histórica no tempo da redação? Quem posteriormente trabalhou o texto? Que estrutura o texto tem? Quando e como o texto foi utilizado? Qual é a versão mais antiga? Como é a semântica dos respectivos vocábulos em detalhe?<sup>36</sup> Todos os passos e perguntas metodológicos têm, basicamente, só este único alvo: destacar de forma exata o sentido literal das Escrituras como o expliquei acima. O que o autor quis, no seu tempo, transmitir para seu público. As hipóteses e formação de teorias, o trabalhar com o MHC têm sua finalidade última no seguinte: o quanto mais exato possível, apreender as condições históricas do surgimento do texto, para daí então chegar a uma interpretação crítica apropriada.

Nos últimos cem anos, teórico-cientificamente muitas coisas mudaram e a palavra “objetividade” caiu em descrédito.<sup>37</sup> Dito de forma popular: não se está nem mais seguro se, objetivamente visto, a pedra de fato sempre cairá para baixo, pois poderia ser que, se por um instante não olharmos com precisão, ele caia para cima. A pessoa do pesquisador, suas perguntas e seus pressupostos foram entendidos como dados subjetivos. O trabalho teológico não pode nem deveria se retrair desse processo. Interpretações são e continuam sendo posições subjetivas e somente podem ser denominadas de científicas na medida em que o processo de compreensão do pesquisador se torne transparente e possa ser ratificado (provado) por outros.<sup>38</sup>

Apesar disso, na literatura correspondente, os resultados da pesquisa do MHC ainda muitas vezes são defendidos como objetivos.<sup>39</sup> Sim, na verdade, às vezes, a aparência é de que a interpretação dos textos esteja subjugada à subjetividade, os resultados históricos, porém, devam ser reconhecidos como fatos. Isso tanto mais é compreensível na medida em que esse pesquisar, em última análise, não trata apenas de resultados históricos, mas também da reta interpretação das Escrituras, a qual não pode prescindir

35 Esse argumento encontra-se repetidas vezes nas introduções dos manuais para exegese.

36 A lista das perguntas citadas são um resumo das tarefas mencionadas nos manuais (de exegese).

37 Cf. Hans Joachim STÖRIG. *Kleine Weltgeschichte der philosophie*, p. 226ss.

38 Cf. Odil Hannes STRECK. *Exegese des Alten Testaments*. 13. ed. Neukirchen-Vluyn: Neukirchener Verlag 1993, p. 3.

39 Essa impressão é repassada (mediada) nos manuais de exegese que estão relacionados nas referências bibliográficas finais.

desses resultados, caso queira ser reformatória, isto é, compreender o “sentido literal das Escrituras” como relevante para a revelação. Por isso, parece ser diretamente suicida não só entender as conclusões interpretativas como subjetivas, mas também apresentar os alvos e as formas de trabalho do MHC como subjetivos.

Na minha opinião, cada um dos passos do MHC está subjugado à subjetividade e com isso é importante perguntar se o MHC pode averiguar objetivamente o sentido literal das Escrituras. Na melhor das hipóteses, assim penso eu, os resultados e as mais diversas teorias podem se aproximar da verdade histórica. O problema (é): dependendo para quais das diversas teorias e resultados o intérprete eclesiástico se decide, sua teologia e pregação são determinadas; caso não seja assim que sua teologia, pregação ou intenção política já estejam determinadas antecipadamente e o trabalho seja formado/dirigido conscientemente nessa direção.

### III. A “OBJETIVIDADE” DOS EXEGETAS

Que o exegeta como pessoa só pode trabalhar objetivamente de forma condicionada, e que é marcado por seu pressuposto, sempre de novo foi confirmado, desde Bultmann.<sup>40</sup> Por isso, quero apenas tratar de algumas questões fundamentais, apenas tomar seis âmbitos da vida pessoal, os quais deixam evidente que o exegeta, como pessoa, agirá na exegese e que ele não está em condições de evitar isso. Para além disso, existem muitos outros fatores de influência, porém, esses seis certamente são os mais evidentes. O pesquisador pode descobrir (*aufdecken*), observar um ou outro fator e, então, comunicar a seu leitor ou ouvinte – a isso ele é propriamente obrigado - caso queira fazer jus à reivindicação científica do seu labor. Porém, em outros âmbitos, ele mesmo nem se dá conta de como a sua própria personalidade influencia decisões e, por isso, nem as pode descobrir ou eliminá-las. O reconhecimento de que o exegeta sempre, se consciente ou inconscientemente, também julga/avalia subjetivamente, deveria levar ao ponto que se acrescente uma breve biografia e o autor mesmo preste contas em relação a seus leitores, (diga) de quais premissas ele parte e trabalha.<sup>41</sup> É

40 Cf. Martin VOLKMANN; Friedrich Erich DOBBERAHN; Ely Éser Barreto CÉSAR. *Método Histórico-crítico*, p. 69.

41 Para fazer jus à minha crítica, acrescento abaixo uma biografia tabelar e uma breve descrição do meu pano de fundo confessional.

Nome:	Jörg Garbers
Nascimento:	13. August 1964
Origem:	Hannover / Langenhagen / Alemanha
Pais:	Garbers, Manfred u. Edelgard, nasc. Sonder

difícil compreender que isso ainda fique por conta da adivinhação do leitor.

## 1. Educação

Quem “farejou” a literatura psicológica, especialmente no setor da psicologia do desenvolvimento, psicologia comportamental e psicologia social<sup>42</sup>, chegará à conclusão de que nosso caráter, nossas formas de conduta

Estado civil: Casado desde 07.07.1989  
 Filhos: Julio (29.11.1994); João (20.08.1996); Josi (24.04.1998)  
 Escola: 1971 - 1973 Grundschule Altwarmbüchen  
 1973 - 1975 Grundschule Feggendorf  
 1975 - 1984 Gymnasium Bad Nenndorf  
 Estudos: Teologia evangélica  
 1984/85 - 1985/86 Kirchliche Hochschule Neuendettelsau  
 1986 - 1988 Universidade Heidelberg  
 1988/89 - 1990/91 Universidade Marburg  
 Janeiro 1991 I. Exame eclesiástico  
 Fevereiro 1996 II. Exame eclesiástico  
 Profissão: Junho 1990 - Dezembro 1993 contratado pela loja „Copy - Corner“, Marburg, Lingelgasse 5a, Atendimento de fregueses, Caixa, Manutenção das maquinas de xerox, Encadernação  
 Janeiro 1994 - Maio 1996 Vicariato na comunidade luterana em Hameln „Zum Heiligen Kreuz“  
 Junho 1996 - Dezembro 2003 Missionário da Missão Evangélica União Cristã (MEUC) em Jaraguá do Sul -SC e professor na escola bíblica CETEOL em São Bento do Sul  
 Desde Janeiro 2004 professor na Faculdade luterana de Teologia (FLT) em São Bento do Sul - SC

### Origem profissional do autor

- Cresceu num lar cristão de cunho luterano;
- Foi membro do movimento jovem “Jugendbundes für Entschiedenes Christentum e.V.” (EC);
- Começou no ano 1984 a estudar teologia evangélica;
- Em 1994 começou o vicariato em Hameln numa comunidade luterana tradicional da “Landeskirche Hannover”;
- Marcantes se tornaram duas viagens para o Brasil, que forneceram a possibilidade de conhecer o trabalho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e o trabalho da Missão Evangélica União Cristã (MEUC);
- Em 1996 iniciou o seu trabalho como missionário da MEUC em Jaraguá do Sul. O trabalho foi marcado em especial pelas diferenças culturais e teológicas entre a biografia e a realidade alemã (país de origem) e a tradição luterana - pietista - evangelical da MEUC. Ao mesmo tempo, o autor começou a dar aulas na escola bíblica (CETEOL) em São Bento do Sul na área bíblica, sistemática e histórica.
- Em 2004 o autor foi contratado pela FLT (Faculdade Luterana de Teologia) e começou o seu mestrado na área bíblica (AT) em São Leopoldo no IEPG da Escola Superior de Teologia - EST. Ele concluiu o mestrado em Janeiro de 2006.

42 Aqui, como nos parágrafos seguintes, quero remeter às obras selecionadas da literatura psicológica especializada que se encontram nas notas bibliográficas finais, de forma especial

e maneira de pensar são mais cunhadas pelos nossos pais e educadores do que muitas vezes queremos admitir. Nos primeiros anos da nossa vida, são colocadas tantas vias que dizem respeito aos nossos futuros julgamentos de valor e seus critérios de modo que só sob grandes esforços é possível livrar-se parcialmente disso. A maneira como nos dirigimos aos outros, o que nós sentimos como gracejo (piada), onde estão nossos limites de pudor, o que sentimos como aceitável, lógico ou indecente, quais imagens de pai e mãe temos na nossa mente, como reagimos a reivindicações religiosas, influências e ações/atitudes, surgiu de um processo de educação e descendência o qual muitas vezes não nos é mais conscientemente acessível. Essas premissas marcam nos julgamentos de valor, também ao aplicarmos critérios em trabalhos exegeticos.

## 2. Cultura

Quem teve a oportunidade de viver por longos anos numa cultura na qual ele não cresceu, compreenderá que cultura cunha enormemente nosso sentimento de percepção. O que nós sentimos (classificamos) como violência e como lidamos com ela, como nós lidamos com hóspedes, estrangeiros e com a própria família, como celebramos culto, experimentamos e entendemos Deus, em boa medida é determinado por nossa cultura e da história que está por detrás dela. No Brasil, lida-se de forma bem diferente com a violência que na

Alemanha; da mesma forma com a sexualidade. Já apenas esses dois âmbitos influenciam em grande medida a escolha e compreensão de textos bíblicos.<sup>43</sup>

## 3. Sociedade

Sob cultura entendi tudo aquilo que surgiu no decorrer de muitas gerações. Sob sociedade entendo tudo isso que no presente determina nossa vida, pensar e agir. Notícias, revistas, meios de comunicação em massa de forma geral, amigos, clubes, etc. nos cunham.<sup>44</sup> Nas discussões entre

---

a Rolf OERTER; Leo MONTADA. *Entwicklungspsychologie*. 2. ed. München-Weinheim: Psychologie Verlagsunion 1987.

43 Trata-se apenas de uma experiência pessoal limitada e necessitaria de uma análise sociológica, porém no contexto da minha estada de dez anos no Brasil considero o trato e a escolha de determinados textos bíblicos sempre de novo interessantes. Na Alemanha, p. ex., de modo geral, faz-se um contorno grande em relação a textos belicosos do AT ao passo que no Brasil a linguagem erótica do livro bíblico “Cantares de Salomão” visivelmente causa problemas no uso destes textos.

44 Cf. Wolfgang STROEBE; Miles WEWSTONE; Jean Paul CODOL (Eds.). *Sozialpsychologie*. 2. ed. Berlin/Heidelberg/New York/London/Paris/Tokyo/HongKong/Barcelona/

adaptação e delimitação, sob as condições de resistência e submissão a cada vez fazemos as nossas próprias experiências e cunhamos nossos próprios julgamentos de valor e nossas idéias. Essa discussão dinâmica influenciará nossa exegese da mesma forma. As diversas teologias-genitivas<sup>45</sup> dão um forte testemunho disso. Não que as suas respectivas posições sejam erradas ou certas - uma tal avaliação nem é possível, mas elas refletem diretamente as situações, perguntas e influências sociológicas. Que com isso decisões exegéticas também são atingidas e influenciadas deveria estar claro e certamente não é difícil demonstrar isso a partir de textos correspondentes.

#### 4. Conhecimento

No atual estado da pesquisa, simplesmente não é mais possível manter-se sapiencialmente atualizado. A produção de literatura e dos respectivos âmbitos da pesquisa e de conhecimento de causa assumiu uma velocidade que o mencionar dela(s) já é inquietante. Mesmo visões panorâmicas histórico-investigativas, se elas ainda são arriscadas, não conseguem mais evitar a escolha, pois uma exposição e classificação abrangente de toda literatura a respeito de um ramo de pesquisa não mais é possível.<sup>46</sup> Por isso, conhecimento também sempre é escolha. Mas escolha sempre depende subjetivamente da opção e ponderação do pesquisador, estudante e aprendiz. Justamente por isso, nos âmbitos da pesquisa de textos, da crítica textual e da investigação da literatura contemporânea e história dos livros bíblicos a exegese sempre terá que contar que conclusões, resultados importantes, suposições e descobertas importantes não são e não foram percebidos; bem independente do fato de que conhecimento sempre pode ser empregado subjetivamente. Assim o conhecimento que foi achado uma reivindicação de Jesus na literatura judaica contemporânea, pode levar a suposições bem diferentes, sempre de acordo como o exegeta aplica seu conhecimento.

- a) Ele parte do pressuposto de que Jesus estava inserido no seu meio ambiente e que os enunciados de Jesus que se deixam comprovar contemporaneamente, evidenciam que ele de fato os possa ter pronunciado.
- b) Ele parte do pressuposto de que Jesus era tão singular (único) que somente aquilo que não pode ser comprovado contemporaneamente ele mesmo poderia ter dito.
- c) Ambos os critérios têm em si uma certa lógica. – Que critérios o exegeta saca para verificar se o enunciado de Jesus é formado (formulado) pela

---

Budapest: Springer-Verlag 1992.

45 Teologia da Libertação, Teologia Feminista, Teologia da Prosperidade, etc.

46 Cf. Manfred WEIPPERT. *Die Landnahme der israelitischen Stämme in der neueren wissenschaftlichen Diskussion*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht 1967.

comunidade ou não?<sup>47</sup>

d) Ele nunca soube que este dito já foi comprovado na literatura contemporânea.

Conhecimento, mesmo que detecte fatos objetivos, também sempre é subjugado ao veredicto subjetivo do exegeta. O conhecimento ou a noção de fatos como tal já é um ato subjetivo.

### 5. A pertença à confissão (confessionalidade)

Na verdade, a constatação de que a pertença a uma confissão influencia os veredictos exegeticos não necessita de nenhuma explicação. A igreja cristã está repleta de diversos veredictos doutrinários e resultados. Frequentemente as diferentes confessionalidades apelam até às mesmas passagens bíblicas e chegam, cada qual, a resultados históricos diferentes. Que eles cheguem a outras interpretações teológicas ainda poderia ser admissível, porém, que os fatos históricos também estão subjugados a esse veredicto torna-se bem claro neste lugar. Como exemplo serve a questão polêmica em torno do batismo de infantes e de adultos. A menção em alguns versículos bíblicos de que alguém foi batizado com toda sua casa<sup>48</sup> leva a constatações históricas e decisões distintas.<sup>49</sup> Para uns, é claro que no termo “casa” estavam incluídos todos os residentes da casa, de forma especial, obviamente também os filhos e lactentes, ao passo que para outros isso de forma alguma é assim. É inútil dizer que, de forma esquisita, os defensores do batismo de crianças consideram a primeira posição como fato histórico objetivo, ao passo que os defensores do batismo de adultos “logicamente” consideram a segunda posição como historicamente relevante.

### 6. Cosmvisão pessoal

Justamente no âmbito da avaliação de probabilidades históricas de determinados acontecimentos bíblicos, faz uma diferença enorme qual cosmvisão o exegeta assumiu pessoalmente no decorrer de sua vida e no seu mundo experimental. A avaliação de textos proféticos, narrativas de milagres de cura e de outros acontecimentos “anormais” são diretamente influenciados por isso. De forma alguma é indiferente se alguém conta ou não com a existência de Deus, de demônios, de anjos, etc. Aqui uma exegese bíblica depende inteiramente da respectiva concepção de mundo

47 É me inteiramente conhecido de que na literatura existam outros critérios para a definição do valor histórico de palavras de Jesus, mas no fundo também podemos manejar a estes como queremos. Esta ao menos é minha experiência de um seminário que assisti em 1987 em Heidelberg.

48 Cf. At 16.15, 33; 18.8; 1 Co 1.16.

49 Cf. Lothar COENEN; Colin BROWN, (Ed.). *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. 2. ed. São Paulo: Edições Vida Nova 2000, p. 269-275.

do exegeta. A constatação de que um ateu ou adepto de uma outra religião chegue exegeticamente aos mesmos resultados que um exegeta cristão, desde que os métodos sejam aplicados adequadamente, a meu ver, não é possível. Já na avaliação da idade dos evangelhos, chega-se a brigar a respeito. Se o observador do texto parte do princípio de que Jesus pôde falar profeticamente então existem alguns depoimentos de Jesus que predizem a destruição do templo e de Jerusalém que devem ser considerados para a datação dos evangelhos.<sup>50</sup> No outro caso, se o pesquisador não conta com a possibilidade de profecia, ele lida com esses textos como produção da comunidade e assim como profecia “*ex eventu*” que foi colocada na boca de Jesus e chega à conclusão de datar a idade dos evangelhos para depois de 70 d.C.<sup>51</sup>

## 7. Resumo

Penso que a partir dessas exposições que exerci apenas a partir de seis aspectos, tornou-se claro como resultados históricos e fatos e sua respectiva avaliação e apreciação dependem fundamentalmente da pessoa do pesquisador. Ficou evidente que esses aspectos influenciam significativamente, assim penso eu, os respectivos métodos, sua aplicação e seus resultados. A pessoa do exegeta está profundamente envolvida no seu meio. Visto a partir daqui, o desenvolvimento de hipóteses de forma alguma é algo que nos deve surpreender, mas sim, deve ser até mesmo esperado naturalmente como resultado disso.

Na formulação de teses, hipóteses de trabalho, resultados, etc., uma certa modéstia e reserva deveria ser mais do que oportuno, independente da exigência acima feita de trazer as premissas e decisões preliminares do exegeta claramente à tona.

## IV. OBJETIVIDADE DOS PASSOS METODOLÓGICOS DO MÉTODO HISTÓRICO-CRÍTICO

Neste capítulo, pretendo passar alguns dos passos metodológicos clássicos. Tenho consciência de que, entretantes, também existem outros passos. Mas num olhar para a literatura, chama a atenção que ao menos estes passos são mencionados e comentados em todos os livros, enquanto que outros passos metodológicos se encontram em um manual, não, porém, em

---

50 Cf. D. A. CARSON. Douglas J. MOO; Leon MORRIS. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Edições Vida Nova 1997, p. 85ss.

51 Cf. Werner Georg KÜMMEL. *Einleitung in das Neue Testament*. 23. ed. Heidelberg: Quelle & Meyer 1983, p. 89ss.

um outro (livro). Também não viso tanto à integridade, mas à demonstração exemplar de que os passos metodológicos do MHC não chegam a um resultado científico que só pode ser chamado de objetivo. Bem pelo contrário, os critérios que, cada vez, são aplicados para exercitar os passos metodológicos, muitas vezes dependem do veredicto subjetivo do exegeta; sim, para ir ainda um passo a mais: muitas vezes os próprios critérios já são o reflexo do respectivo pesquisador e surgiram sob influências bem determinadas.

Como não escrevo um manual exegético, não apresentarei minuciosamente o surgimento de cada método e sua forma funcional, mas pressuponho seu conhecimento por parte do leitor.<sup>52</sup>

### 1. Tradução

Os textos bíblicos foram escritos em (língua) grega, hebraica, algumas poucas passagens também em aramaico. Uma tradução necessariamente pertence à exegese, visto que essa (tradução) como passo interpretativo quer tornar o texto acessível também para aquele leitor que não domina as línguas bíblicas.

Sem querer, traduções sempre são em maior ou menor escala versões livres do original em uma outra língua. Na sua língua original, cada palavra não só tem um significado literal que pode ser traduzido para uma outra língua, mas, via de regra, um amplo campo semântico de associações que o ouvinte original ouvia, sentia e acompanhava mentalmente. Para ilustrar isso, basta um olhar para um dicionário correspondente. Muitas palavras têm a qualidade de poderem ser transmitidas na forma mais variável.<sup>53</sup> Para qual dos sinônimos o tradutor, em última análise, se decide depende de muitos fatores, não por último também do seu parecer (juízo) subjetivo e teológico das possibilidades que, na sua opinião, melhor correspondem ao sentido original. Não é em vão que existam várias traduções na mesa de livros. Uma olhadela para as diferentes traduções mostra que, de forma alguma, só se trata de uma questão de gosto ou decisão lingüística (moderna, formal, conservadora) como o texto foi transmitido. De forma muito clara, as traduções, individualmente, também são interpretações do respectivo

52 Cf. os passos metodológicos, cada um em si, a exposição dos seus critérios e questionamentos nos manuais de exegese nas referências bibliográficas finais.

53 Cf. para isso o artigo para a palavra hebraica *nêfesh*, in: Wilhelm GESENIUS. *Hebräisches und Aramäisches Handwörterbuch über das Alte Testament*. 17. ed. Berlin/Göttingen/Heidelberg: Springer-Verlag 1962, p. 514s; cf. também as abordagens em Ernst JENNI; Claus WESTERMANN (Eds.). *Theologisches Wörterbuch zum Alten Testament*. 3. ed. München: Chr. Kaiser Verlag / Zürich: Theologischer Verlag 1984, col. 71ss; cf. Hans Walter WOLFF. *Anthropologie des Alten Testaments*. 6. ed. Gütersloh: Chr. Kaiser Taschenbücher Verlag 1994, p. 25ss.

ponto de vista confessional do tradutor ou dos tradutores ou da editora, dependem deles e são influenciados por eles. Tradução é interpretação e, dessa forma, também um veredicto subjetivo sobre o sentido literal de um texto.

## 2. Crítica textual

Infelizmente, a pesquisa está na situação precária de não existirem originais das redações finais dos livros bíblicos, mas meramente cópias de manuscritos que, além disso, só raras vezes são do mesmo tempo da suposta redação final. É tarefa da crítica textual de chegar o mais próximo possível da suposta redação final original. Nisso as descobertas de manuscritos correspondentes são ponderados segundo sua procedência histórica, os diversos tipos ou famílias cristalizados (por seleção) para então dar, na medida do possível, um veredicto sobre as diversas variantes. A avaliação da idade, da pertença a famílias de textos, tradições de textos ou tipos de textos já é muito difícil e é um trabalho carregado de muitas hipóteses;<sup>54</sup> sem falar da respectiva datação das supostas redações finais. Num passo duplo, a crítica textual procura chegar a resultados. Com outras palavras, ela procura descobrir qual das mais diversas variantes em relação a um texto bíblico poderia ter sido a mais original. Num primeiro passo, aplica-se os assim chamados critérios externos, i.é, a ponderação e avaliação das testemunhas do texto, segundo os quais as decisões prévias acima já descritas, são utilizadas. Num segundo passo, então, os critérios internos são ponderados, i.é, o respectivo texto (*Textstelle*) e seu conteúdo agora é avaliado e analisado. Não é necessário mencionar, à parte, que aqui a tradução provisória tem uma função. Como recursos auxiliares para as decisões (a serem tomadas) normalmente são aplicados quatro critérios: 1) A variante mais breve é a mais antiga, visto que um copista antes inclui do que suprime algo. 2) A variante mais difícil para compreender é a mais antiga, visto que as variantes mais recentes provavelmente têm a necessidade de polir o texto e excluir o que teologicamente causa tropeço ou de formulá-lo um pouco diferente. 3) Como as variantes se inserem no contexto do texto, qual das variantes parece adequar-se melhor ao texto? 4) É possível explicar as variantes mais recentes, que são eliminadas como forma final da redação do texto? Caso a gente se conscientize claramente desses critérios, é fácil de explicar, porque, em vários casos, chega-se a conclusões bem diferentes. Polimento teológico, inserção no contexto, avaliação e ponderação das provas (testemunhas) textuais escancaram portas e portões para decisões e avaliações subjetivas e, com isso, influenciam a

<sup>54</sup> Cf. Kurt u. Bárbara ALAND. *Der Text des Neuen Testaments*. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft 1982.

reconstituição (reconstrução) da versão final do texto, dado o fato de isso serem apenas “valores de julgamento”, os quais de forma alguma possuem o mesmo valor para todos os textos (bíblicos) e problemas; sem falar do fato de que neste passo (exegético) também existe a possibilidade de conjeturas, isso quer dizer que é possível supor contra todas as provas textuais um teor original. Essa conjetura, todavia, deve ser muito bem fundamentada. Penso, contudo, que também aqui depende fortemente do ponto de vista do pesquisador e das suas convicções, quais conjeturas ele considera como fundamentadas e adequadas.

### 3. Crítica Literária

A crítica literária aborda a pergunta pela delimitação de unidades textuais em sua unidade. Parte-se da premissa de que é basicamente possível que, em um texto, tenham sido inseridas redacionalmente diversas fontes de idades diferentes e de origem diversa. A tarefa da crítica literária reside em analisar, ordenar e avaliar essas fontes escritas ou camadas literárias que já existiam de forma escrita antes da formação do texto final – isso desde que estas existam. Como critério despontam os seguintes: aparição de dubletes, repetições, tensões de conteúdo, estilos diferentes, diferentes designações do nome de Deus – que recebem no AT um peso especial –, contradições, declarações teológicas típicas para determinadas fontes literárias, glossas e rupturas na construção de frases ou na narrativa de fatos. A decisão a respeito da questão, quais desses critérios são ou não aplicáveis a algum texto são de competência do próprio exegeta. Na prática, isso quer dizer: rupturas no estilo e tensões estilísticas podem ser percebidas de diferentes maneiras por diferentes pessoas. O que é para uma dessas pessoas um dublete, para a outra pode significar apenas um meio estilístico retórico. As variantes no uso dos nomes de Deus e dos atributos de Deus não podem apenas indicar para tensões, mas podem constituir também critérios de redação consciente do autor. Dubletes e repetições são, para um, indícios da existência de duas fontes independentes. Já para o outro, podem consistir em prova para o fato de que há eventos históricos que podem se repetir. E ambos resolvem, cada um a seu modo, a questão. É quando se trata de um vocabulário específico de alguma fonte e concepções teológicas características de uma determinada fonte, torna-se evidente em qual círculo exegético o exegeta se move.<sup>55</sup> Se dirigirmos um olhar para a literatura introdutória do AT, encontraremos provas para

---

55 Em outras palavras, o procedimento é este: Divisão do texto em diversas fontes ou camadas a partir de critérios teológicos → Elaboração de uma teologia específica de uma fonte → Utilização de uma determinada teologia específica de fonte como critério para divisão de textos em diversas fontes ou camadas, e assim por diante.

o que estamos tentando mostrar aqui: a atribuição de determinadas partes de textos a uma determinada fonte ou camada literária pode variar aos extremos.<sup>56</sup> Por quê? Porque essa atribuição depende, em última análise, dos “pré”-supostos históricos e teológicos e também da compreensão bem individual de literatura do respectivo pesquisador. Justamente por essa razão a área da crítica literária tornou-se, no AT, em uma verdadeira “torre de Babel” de opiniões, resultados e hipóteses.<sup>57</sup> Se observarmos os critérios da crítica literária que são denominados de critérios científicos e que perfazem o fundamento do procedimento metodológico da crítica literária, e chegarmos à conclusão de que dependem em muito da subjetividade do pesquisador, isto não deveria nos maravilhar. Seria, antes, um milagre, se os pesquisadores chegassem a um resultado único e convincente para todas as pessoas. Detectar e fundamentar rupturas e diferenças de estilo é, então, um tanto mais “subjetivo” do que efetuar a medição da velocidade de queda de objetos através da medição de seu rastro de luz, para daí deduzir hipóteses científicas que podem ser verificadas ou falsificadas por todos. A crítica literária é, em muitos casos, condicionada à pessoa do pesquisador, seu gosto, sua percepção estilística e sua compreensão da literatura.

#### 4. Crítica da Tradição Oral

A crítica da tradição oral constrói fortemente em cima dos resultados da crítica literária. Já essa constatação deveria nos levar à reflexão, caso queiramos utilizar seus resultados como base para a pesquisa e para a formulação de hipóteses.

Se a crítica literária se ocupou com a mais antiga versão das fontes e camadas literárias de uma unidade textual, a crítica da tradição parte da premissa de que antes da fixação escrita de pequenas unidades textuais houve um estágio de tradição oral que a antecedeu. Pergunta-se em quais situações e círculos determinados conteúdos eram cultivados como tradição oral, também sobre como essas versões orais teriam sido. Mediante a busca de subsídios na pesquisa atual, que ocorre na área da comunicação oral, procura-se tirar conclusões a respeito do surgimento e da transmissão de narrativas e ditos bíblicos. Sobre critérios propriamente ditos, que pudessem ser utilizados, praticamente não se fala. Pelo fato de nos movermos totalmente no âmbito do hipotético – afinal não há gravações em áudio de falas daquela época... – a pesquisa é, neste quesito, totalmente dependente das intuições ou suspeitas do pesquisador. Não é possível afirmar que aqui tenhamos, de fato, diante de nós uma pesquisa científica séria,

56 Cf. as respectivas abordagens a respeito dos textos atribuídos ao Javista na literatura introdutória mencionada na bibliografia final.

57 Cf. Klaus BIEBERSTEIN, *Josua – Jordan – Jericho*, p. 31ss.

que possua alguma reivindicação de objetividade científica. Praticamente não há limites para a fantasia do pesquisador. Que há textos que tenham possuído um estágio pré-literário oral está fora de dúvida. Porém, crer que é possível perseguir essa história com critérios e meios objetivos, isso ainda é algo bem diferente. Por isso, a crítica da tradição oral é criticada ou apenas utilizada com o devido cuidado na literatura especializada, sempre de novo com a indicação de que os resultados são suposições. Em minha opinião, a crítica da tradição oral não apresenta, em sentido restrito, critérios.

## 5. Crítica da Redação

A crítica literária pode ter eventualmente chegado à conclusão de que um texto não representa uma unidade e é constituído por diversas camadas literárias e fontes. A crítica da redação se volta, por sua vez, àquele estágio da formação do texto, no qual aquelas fontes literárias e documentos são trabalhados redacionalmente visando à formação de um texto. Ou seja, a crítica da redação tenta rastrear a história de um texto desde sua primeira redação escrita, passando pelos demais estágios redacionais, até seu estágio redacional final. Em sua execução, conta-se realmente com o fato de que um texto possa ter mais camadas redacionais. Nos textos analisados, procura-se perceber a cosmovisão teológica e geral do redator ou do grupo redacional através da comparação de material redacional. Por meio da tentativa de ordenar determinadas partes escritas cronologicamente e de encaixá-las em determinados contextos históricos, acrescida à tentativa de perguntar pelas razões que levaram a isso ou pelas razões pelas quais os fragmentos textuais foram reunidos do modo como foram, a crítica redacional supõe chegar aos seus resultados. Vale ressaltar que, novamente, os resultados da crítica da redação são especialmente bem-sucedidos quando ela pode recorrer a resultados da crítica literária. Com isso, a crítica da redação é, por sua vez, diretamente dependente de resultados e decisões prévias da crítica literária, a qual, de sua vez, já é fortemente subjetiva, como apontado acima. Chama igualmente atenção que, numa revisão da literatura especializada, praticamente não há critérios próprios para a execução da crítica da redação. Via de regra, parte-se dos critérios da já aqui discutida crítica literária, para então detectar as rupturas e pedaços de textos e realizar a formação de hipóteses científicas a partir desse mesmo conjunto de perguntas.

Em tudo isso que afirmamos até aqui, trata-se de intervenções diversas de cunho redacional nos textos, que dependem de como o exegeta mesmo constata ou localiza as rupturas, tensões e duplicidades nos mesmos – haja vista que o redator original resolveu não deixar marcas diretas de seu trabalho.

Para além disto há, entretanto, sem dúvidas, uma série de casos

em que existem de fato inclusões redacionais nos textos, que inclusive se deixam reconhecer imediatamente como tais, pois o redator mesmo se manifesta, não fazendo mistérios disso. Tais inclusões são relativamente fáceis de constatar, sendo que tal constatação não está sujeita a um grau tão alto de insegurança nas suposições. Aqui podemos nos mover sobre um terreno que está menos sujeito a critérios subjetivos. Da mesma forma, faz-se necessário enfatizar que no Novo Testamento nós nos encontramos em uma situação muito confortável por possuímos três obras advindas de diferentes mãos, a saber, os Evangelhos sinóticos Mateus, Marcos e Lucas. Aqui o trabalho redacional realmente constitui parte importante do labor exegetico. Algo similar vale para as duas grandes obras historiográficas do Antigo Testamento, de um lado os livros de 1 Samuel até 2 Reis e de outro lado, os livros de Crônicas. Também essas duas obras historiográficas abrangem praticamente o mesmo período de tempo, sendo, contudo, elaboradas por autores diferentes.

Apesar disso, temos que estar sempre de novo conscientes de que em todo o trabalho realizado no âmbito da crítica redacional, nós nos movemos no terreno do provisório. Os muitos resultados exegeticos, em boa parte diferentes entre si, revelam-nos que também neste passo exegetico os resultados dependem comumente das decisões bem pessoais do indivíduo que faz a exegese.

## 6. Crítica das Formas e dos Gêneros Literários

Também nesse passo exegetico parte-se, via de regra, novamente dos resultados da crítica literária. Os fragmentos de texto ou o texto como um todo são submetidos a uma análise de sua forma lingüística. Parte-se da premissa de que por meio da forma ou do gênero literário de um texto seja possível identificar o *Sitz im Leben* – o lugar vivencial – desse texto. Com isso, já mencionamos também os três principais passos metodológicos: análise da forma, análise e definição do gênero literário e definição do *Sitz im Leben*. A forma lingüística de um texto se deixa definir com relativa facilidade a partir de sua estrutura e composição, pois o pesquisador tem como base, nesse ponto, uma série de fenômenos lingüísticos: tipo e uso dos verbos, substantivos, adjetivos, advérbios, preposições e conjunções. Observa-se também se há rimas ou se transparece a observação de leis da poesia, bem como se há mandamentos, proibições, listagens e assim por diante. Depois dessa análise da forma é feita a definição do gênero literário. Os conceitos “forma” e “gênero literário” lamentavelmente não são usados de forma unívoca na literatura, por vezes, inclusive, confundindo-se mutuamente e não se deixando definir com precisão. Já nesse ponto o autor é quem, por razões e critérios subjetivos, escolhe a definição de

conceitos que mais lhe convier. Um grau de dificuldade maior desponta nos procedimentos desse passo metodológico, quando formas específicas e determinadas expressões lingüísticas precisam ser classificadas em gêneros literários. Pois os textos do AT e do NT, via de regra, encontram-se inseridos em contextos maiores, os quais nem sempre deixam entrever, a qual gênero literário uma determinada parte do texto poderia ter pertencido originalmente, antes de ter sido inserida no contexto ou unidade textual maior, como os temos hoje. A poesia se deixa delimitar melhor do que a prosa, embora até mesmo no AT isso nem sempre seja tão evidente assim, pois os autores antigos tinham aparentemente uma outra compreensão de poesia do que nós hoje. A classificação dos diversos tipos de leis em gêneros literários, bem como dos diversos tipos de narrativas em diferentes gêneros literários narrativos é uma tarefa muito mais complicada, estando igualmente sujeita à avaliação subjetiva do exegeta. Desse modo não é, de forma alguma, incomum que diferentes pesquisadores desenvolvam diferentes critérios para distinguir entre gêneros literários, bem como diferentes nomes para os gêneros literários<sup>58</sup>, a fim de poderem classificar os textos. Uma simplificação que criasse uma regra comum a todos e que pusesse limites à arbitrariedade subjetiva ainda não pôde ser alcançada na pesquisa até hoje, provavelmente porque, objetivamente falando, tais critérios seriam muito subjetivos e dependeriam de decisões prévias do pesquisador. Totalmente “colorida” é, na pesquisa, a definição dos muitos *Sitz im Leben*. A assim chamada definição do *Sitz im Leben* de um texto é, na verdade, algo bem complicado. Não apenas pelo fato de muitos gêneros literários poderem ser utilizados nas mais diversas circunstâncias, mas também pelo fato de que – e há alguns exegetas que realmente negam isso<sup>59</sup> – com a própria escrita ou redação dos textos bíblicos e a inserção de textos mais antigos em seu contexto literário, o gênero literário original simplesmente seja abandonado.

As suposições a respeito da classificação dos diversos textos revelam uma variedade muito grande, que, por sua vez, também revela quão subjetivas são as avaliações de cada pesquisador em relação à estruturação lingüística e à classificação de um texto. Especialmente a pesquisa veterotestamentária revelou ser intensamente frutífera neste ponto, por exemplo, no âmbito da pesquisa da liturgia de dias de festa hipotéticos.<sup>60</sup>

Os resultados da História das Formas têm, por exemplo, papel

58 Cf. Georg FOHRER, op. cit.; Rolf RENDTORFF. *Das Alte Testament – Eine Einführung*. 2. ed. Neukirchen-Vluyn: Neukirchener Verlag 1985.

59 Cf. Odil H. STECK, op. cit., p. 114ff. Este autor defende que com a mudança de „*Sitz im Leben*“ também ocorre uma mudança das características do gênero literário.

60 Cf. para tal a listagem, sem dúvida ainda incompleta, de Klaus BIEBERSTEIN, *Josua – Jordan – Jericho*, p. 63ss.

importante na avaliação do cerne histórico de narrativas. É certo que as bases para a avaliação do grau de veracidade histórica são diferentes, de caso a caso, dependendo do fato de se tratar, por exemplo, de sagas de heróis, sagas etiológicas ou lendas celtas. Desse modo, já se colocam, a partir dos resultados da História das Formas e dos Gêneros Literários, balizas para o restante do trabalho histórico nos textos.

## 7. Resumo

A partir dessa breve abordagem dos métodos do MHC, concluo ser inquestionável que resultados parciais, conclusões e hipóteses do MHC sejam influenciadas muito fortemente pela subjetividade de cada pesquisador. Com isso, não se questiona, de forma alguma, o valor desses métodos. Queremos apenas ressaltar que o MHC, que tem por alvo tentar compreender a história do texto a partir de uma abordagem cientificamente exata, apenas consegue fazer jus a esse alvo de forma muito relativa ou condicionada.

Podemos verificar no exemplo da formulação de hipóteses na área da pesquisa histórica relativa à história de Israel, na medida em que esta esteja orientada nas fontes bíblicas, que essa formulação de hipóteses certamente dependeu em forte medida das decisões exegéticas e dos resultados alcançados por cada um dos pesquisadores. Em última análise, é aqui que o pesquisador decide qual valor histórico deve ser dado a textos individuais, testemunhas textuais, fontes e extratos-fontes, o que, por sua vez, novamente irá determinar de forma imediata sobre as conclusões e deduções desse pesquisador, por exemplo, a respeito da posse da terra. A partir disso, não deveríamos nos admirar ao constatarmos que o MHC contribui de forma decisiva para uma compreensão diversificada de eventos históricos, e isso não apenas no AT. No que tange esse assunto, seria certamente aconselhável se houvesse aprimoramento dos passos metodológicos e se os critérios utilizados dentro de cada passo metodológico ainda fossem melhor desenvolvidos e melhor definidos, e que ao menos houvesse a tentativa de tentar unificar a linguagem a respeito desses critérios. Isso iria contribuir de forma significativa para um trabalho mais transparente e passível de ser verificado com maior exatidão. Da mesma forma, seria igualmente importante, justamente no trabalho histórico junto aos textos, que os autores prestassem contas acerca dos critérios e decisões prévias que determinam seu trabalho exegético, e não deixassem o leitor exposto à incerteza quanto a isso.

## V. SÍNTESE CONCLUSIVA

Nos passos metodológicos do MHC, tenta-se descobrir, de forma mais ou menos objetiva e cientificamente exata, por quais estágios orais e escritos um texto passou, quando e sob quais condições ele surgiu e onde tem seu lugar histórico. Cada fase histórica do texto, em sua forma final, pode ter, naturalmente, intenções e finalidades e, com isso, conteúdos e declarações teológicas diferentes. Temos, em última instância, algo como que a história da compreensão do “sentido literal da Escritura” em cada uma das fases do texto e de sua tradição, para no fim chegarmos ao “sentido literal da Escritura” da redação final ou da versão final. Segundo o que foi apontado acima, deveria ter se tornado evidente que essas pesquisas “ricas em sentidos” praticamente não colocarão a descoberto o “sentido literal da Escritura”. Bem ao contrário, faz-se necessário, primeiramente, contar com uma conjuntura ou com uma teia de sentidos e, independente disso, perguntar, em segundo lugar, se depois de todos esses trabalhos hipotéticos a versão final do texto realmente foi compreendida e apreendida. Falando com toda a seriedade, o questionamento que realmente tenho é se com isso tudo o MHC realmente ou apenas supostamente põe um fim à arbitrariedade exegética! Desta pode-se levantar a questão, qual dentre os muitos “sentidos literais do texto”, os quais tinham a sua legitimidade em sua época, é aquele que vale de forma normativa para a igreja? Mais tardar é na resposta que os pesquisadores dão a essa pergunta que a decisão provavelmente estará de novo sujeita a critérios subjetivos. Fica valendo que o MHC somente consegue alcançar o seu objetivo de obter o sentido histórico literal do texto de uma forma muito limitada. Em minha opinião, o MHC faz muito menos jus a esse objetivo do que os manuais de exegese muitas vezes insinuam ou deixam entrever. Ao enfatizarmos isso, nem estamos levando em conta as hipóteses que o MHC construiu e que têm sido defendidas ferrenhamente como sendo objetivas e como sendo o fundamento para todo o resto da pesquisa subsequente. Contemplemos uma vez, como exemplo de uma seriedade científica que nos provoca de alguma maneira à reflexão ao tomarmos uma vez conhecimento do caráter hipotético do todo, a obra de Klaus Bieberstein<sup>61</sup> - um autor que aparentemente escreve o seu livro a partir da convicção de finalmente ter obtido resultados válidos, o que o leva a desmerecer parcialmente as pesquisas mais antigas.

## **1. Implicações para o trabalho exegético com o Método Histórico-Crítico**

Eu gostaria de ressaltar inicialmente, mais uma vez, que meu artigo quer chamar à consciência e ilustrar algo que já há muito deveria estar

---

61 Klaus BIEBERSTEIN, *Josua – Jordan – Jericho*.

claro: objetividade é algo que se alcança de forma apenas condicionada ou limitada na ciência. Se isso já é algo que vale para as chamadas ciências naturais exatas, então temos que ter diante dos olhos de que isso vale ainda mais para as ciências do espírito com seus muitos segmentos. Mas com isso não pretendemos eliminar, rotular ou deixar de lado, de forma alguma, os métodos do MHC, nem o MHC propriamente dito. Entendemos apenas que é tempo de se libertar de algumas ilusões que se formaram com o passar do tempo e que acabam permeando sempre de novo o MHC. A crítica histórica precisa atentar para o fato de que ela permaneça crítica contra si mesma e não se torne *dissimuladamente positivista*.

Gostaria de ressaltar ainda, de forma explícita, que as linhas abaixo tratam de minha posição pessoal sobre o MHC, escritas a partir de minhas experiências de sofrimento e de alegria em relação ao mesmo. O presente artigo reivindica, sem dúvida, cientificidade e validade científica, mas ele se encontra sob a influência inegável da posição pessoal do autor e de sua história. Negar isso ou até mesmo eliminar esse dado também não faria sentido sob o ponto de vista teórico-científico.

### 1.1 Os resultados do Método Histórico-Crítico

Se, como vimos acima, já os passos metodológicos do MHC estão sujeitos a decisões subjetivas e a formação subjetiva de critérios, então isso precisa ser dito naturalmente com tanto mais direito em relação aos seus resultados e conclusões. As deduções e conclusões do MHC são, isso também precisamos afirmar, válidos, objetivos e conclusivos apenas de forma condicionada. Muito pelo contrário, temos que ter diante dos olhos que os seus resultados são relativos, não-conclusivos e válidos apenas de modo limitado. Por essa razão, deve-se fazer advertências diante de uma verdadeira inflação de hipóteses, as quais, por sua vez, estão repousando apenas sobre tais resultados relativos. Em meio a todo pesquisar nos e junto aos textos, em meio a todos os resultados e hipóteses precisamos concluir que os verdadeiros resultados esperados não aconteceram e não acontecem. Um “sentido literal” que seja reconhecido por todos por ter sido descoberto de forma objetiva e que seja formulado de forma única não foi e não será encontrado a partir do MHC, pelo fato de seus pressupostos e métodos terem uma carga por demais subjetiva, com a qual também ficarão. A esperança de que os resultados do MHC fossem ter efeitos de unificação sobre a pluralidade dos diferentes dogmas confessionais, de modo que as escrituras como fundamento da igreja também viessem a unir estes ecumenicamente, é lamentavelmente injustificada, e terá que ser colocada provavelmente em um ponto ainda mais distante. Isso precisa ser, infelizmente, afirmado também em relação a uma esperada abertura e uma

nova compreensibilidade dos textos bíblicos para os não-teólogos.

## 1.2 A postura vanguardista do Método Histórico-Crítico

A postura de vanguarda do MHC nas universidades teológicas deveria, com isso, ter sido quebrada ou, ao menos, muito fortemente questionada. É muito provável que o MHC nunca tenha alcançado e nunca alcançará os seus próprios alvos de forma satisfatória. Aqui uma postura pessoal de simplicidade se faz urgentemente necessária. Caso não queira se tornar irrelevante e se tornar em dinossauro que luta por um último nicho ecológico, o MHC precisa ter o ânimo de repensar caminhos já percorridos e eventualmente até deixá-los de lado.

O que precisamos é de ânimo para as lacunas, em lugar de trilhar um caminho incansável e sem pausas de uma procura por resultados e conclusões que, afinal de contas, apenas findarão em salas de estudos retiradas, por demais intelectuais e racionais. É tempo de dizer com clareza em que lugares não estaremos em condições de alcançar resultado algum, onde podemos encontrar alternativas de seqüências históricas, em que pontos se foi longe de mais ou em que se errou, ao invés de acusar os oponentes de forma bitolada de estarem histórica e dogmaticamente errados ou de questionar a sua capacidade racional.<sup>62</sup> Já é tarde para algum orgulho intelectual. Acusações mútuas e disputas em defesa de pequenos resultados aparentemente objetivos não colaboram muito para um clima de amor, seja na literatura, no colegiado, na sala de aula da universidade, seja na igreja e na comunidade.

## 2. Ânimo para novos questionamentos e abordagens

Chego aqui a uma segunda constatação: no transcorrer dos últimos anos, foram construídas diversas formas novas de abordagem das Escrituras.<sup>63</sup> Eu gostaria de mencionar as formas de abordagem dos aportes feministas, sociológicos, da teologia da libertação, entre muitos outros. Novas concepções hermenêuticas como o estruturalismo ou os modelos hermenêuticos abertos e mais voltados ao leitor poderiam ser mencionados aqui. Seria errôneo, em minha opinião, fundamentalmente falso considerar esses caminhos como sendo mutuamente excludentes. Seria um enriquecimento se, também no âmbito do ensino universitário, essas

---

62 Neste ponto lembro-me de uma preleção de antigo testamento na Escola Eclesiástica Superior de Neuendettelsau, no ano de 1985. Durante a preleção, o professor solicitou a alguns estudantes, que tinham uma compreensão exegética mais conservadora sobre o livro de Gênesis, que se levantassem, para que os “xingasse” diante de um grupo de mais ou menos 60 outros estudantes presentes, de “medievais” e “parados no tempo”.

63 Cf. aqui H. K. BERG. Op. cit.

perspectivas fossem consideradas como mutuamente complementares e mutuamente enriquecedoras. Nesse sentido, dever-se-ia animar os estudantes a colocarem novas questões, elaborarem novas perguntas e conhecerem e trilharem novos caminhos, bem como motivá-los ao questionamento crítico sobre cada um desses modelos. Com isso, a disciplina “hermenêutica bíblica” se torna mais abrangente, mas também tem a vantagem de alcançar um público muito maior, o que afinal de contas se quer justamente alcançar com os textos bíblicos. Nesse ponto, poderíamos lançar uma ponderação a partir de uma perspectiva da dogmática: será que unicamente sobre o sentido literal do texto – no sentido de nossa cosmovisão científica – deveria realmente repousar a revelação divina no contexto da Bíblia? Aqui despontam questões relativas à teologia da revelação, bem como aspectos que carecem ser clareadas. Essas perguntas possuem certamente também uma relevância ecumênica ampla.

Apesar do que afirmei acima, não quero perder a oportunidade de registrar que o MHC indubitavelmente possui e possuirá o seu valor, tão certo ele tenha que permanecer crítico diante de si mesmo na interpretação de textos bíblicos. Eu gostaria de me aliar aqui às razões mencionadas por Berg:<sup>64</sup>

1) O MHC protege de manipulação ou determinação dogmática (*dogmatische Bevormundung*); 2) Ele protege a alteridade da tradição bíblica diante de uma confiança inadequada; 3) Ele leva o caráter humano da revelação divina a sério; 4) Ele reconhece a tradição bíblica como resultado de um longo processo de crescimento; 5) Ele é, a partir de seu objeto e de seus métodos, basicamente crítico em relação a si mesmo; 6) Ele contribui para um diálogo sobre os textos bíblicos.

### 3. Perspectivas

Ao final deste artigo, eu não gostaria de esquecer de apontar para um caráter típico e próprio dos textos bíblicos, que não se deixa comprovar cientificamente e objetivamente e nem apreender naturalmente: o texto da Bíblia sempre de novo abre o seu caminho e se faz ouvir: independente da idade, da cultura, da cor da pele, do gênero, do lugar social, da constituição física ou até psíquica de seu leitor, bem como independente dos passos metodológicos e das complexas concepções hermenêuticas, sim, até independente do sentido literal do texto propriamente dito. Eu atribuo isso ao agir do Espírito Santo, que sopra onde quer.

Eu gostaria de concluir meu artigo com um poema de Kurt Marti – originalmente escrito na língua alemã – e uma citação deste livro “comunitário”, muito citado e muito trabalhado, que é a Bíblia:

64 Cf. H. K. BERG. Op. cit., p. 89ss.

O livro sociável – “*Das gesellige Buch*”<sup>65</sup>

<p>1 Ein Buch? Mehr noch: eine Bücherei! 66 verschiedene Bücher von nicht nur 66 verschiedenen autoren, denn manch eines enthält (nach Art der hölzernen Babuschkas)  in sich wiederum drei, vier kleinere Bücher verschiede- ner Autoren.</p>	<p>1 Um livro? Mais ainda: uma livraria! 66 livros diferentes de não apenas 66 diferentes autores, pois um e outro contém (conforme o tipo das Babuscas de madeira) em si mesmo, por sua vez três, quatro livros menores de difren- tes autores.</p>
<p>2 Nicht zu vergessen Die namenlosen Scharen Späterer Bearbeiter, Ergänzter, Verknüp- fer, der fromme Fleiß ihrer minutiösen Text-Finissage während rund eines Jahrtausends jüdisch-urchristlicher Geschichte.</p>	<p>2 Não se deve esquecer as multidões sem nome de redatores, compiladores posteri- ores o zelo piedoso de sua finalização textual minuciosa durante cerca de um milênio de história judaico e primitiva cristã.</p>
<p>3 Allmählich entstand so: ein Bücherbuch vieler Stimmen, die nacheinander, nebeneinander, durcheinander, gegeneinander, miteinander reden, singen, murmeln, beten. Dissonanzen? Jede Menge. Widersprüche? Noch und noch. Kein ausgeklügelt Buch.</p>	<p>3 Aos poucos foi surgindo assim: um livro de livros de muitas vozes, as quais umas após as outras, umas ao lado das outras, umas em meio às outras, umas contra as outras, umas com as outras, falam, cantam, cochicham, oram. Dissonâncias? Aos montes. Contradições? Tantas e tantas. Nenhum livro arredondado.</p>

65 N.T.: A versão portuguesa deste poema consegue expressar apenas de forma muito limitada aquilo que o leitor que possui acesso à língua alemã pode depreender da leitura. Por isso, inserimos aqui o texto em sua versão alemã original – Kurt MARTI. *Die gesellige Gottheit – Ein Diskurs*. Stuttgart: Radius Verlag 1989, p. 10ss.

<p>Hundert-Stimmen-Strom (selbst Schriftgelehrte ermessen ihn nicht)- wohin will er tragen? Über Schwellen, Klippen, Katarakte Heimzu, heilzu (hoff ich).</p>	<p>Fluxo de cem vozes (até mesmo os especialistas não o avaliam) para onde ele quer conduzir? Sobre beiradas, abismos, cataratas Para casa, a salvo (eu espero).</p>
<p>4 Merklich oder unmerklich nämlich  Strömen die verschiedenartigen, die verschiedenzeitlichen Stimmen denn doch und stets wieder zu EINER Stimme zusammen: „Das Wunder dieses Zusammenfließens ist größer als das Wunder eines einzigen Autors.“ (EMMANUEL LÉVINAS)</p>	<p>4 Seja de forma perceptível ou imperceptível confluem os diferentes tipos de vozes de diferentes épocas afinal, pois e sempre novamente para UMA única voz: “O milagre deste confluir é maior do que o milagre de um único autor”. (EMMANUEL LÉVINAS)</p>
<p>5 Viel-Stimmen-Buch also, geselliges Buch (geselligstes der Weltliteratur!): in ihm wird die EINE, die verlässliche Stimme der geselligen Gottheit laut.  Kurt Marti</p>	<p>5 Livro de muitas vozes, pois, livro sociável (o mais sociável da literatura mundial!): nele se torna audível aquela UMA aquela voz confiável da divindade sociável.  Kurt Marti</p>

*“Por que a palavra de Deus é viva, e eficaz, e mais cortante do que qualquer espada de dois gumes, e penetra até ao ponto de dividir alma e espírito, juntas e medulas, e é apta para discernir os pensamentos e propósitos do coração. E não há criatura que não seja manifesta na sua presença; pelo contrário, todas as coisas estão descobertas e patentes aos olhos daquele a quem temos que prestar contas.”*

(Hebreus 4.12 e 13).

## BIBLIOGRAFIA

## 1. Literatura a respeito do Método Histórico-Crítico e da hermenêutica:

1. BERG, Horst Klaus. *Ein Wort wie Feuer*. München: Kösel Verlag / Stuttgart: Calwer Verlag 1991.
2. KRAUS, Hans-Joachim. *Geschichte der historisch-kritischen Erforschung des Alten Testaments*. 3. ed. Neukirchen-Vluyn: Neukirchener Verlag 1982.
3. KREUZER, Siegfried; VIEWEGER, Dieter et. al. *Proseminar Altes Testament*. Stuttgart: Kohlhammer 1999.
4. RICHTER, Wolfgang. *Exegese als Literaturwissenschaft*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht 1971.
5. STECK, Odil Hannes. *Exegese des Alten Testaments*. 13. ed. Neukirchen-Vluyn: Neukirchener-Verlag 1993.
6. UTZSCHNEIDER, Helmut; NITSHE, Stefan Ark. *Arbeitsbuch literaturwissenschaftliche Bibelauslegung*. Gütersloh: Chr Kaiser Gütersloher Verlagshaus 2001.
7. VOLKMANN, Martin; DOBBERAHN, Friedrich Erich; CÉSAR, Ely Éser Barreto. *Método Histórico-crítico*. São Paulo: CEDI 1992.
8. WEGNER, Uwe. *Exegese do Novo Testamento*. São Leopoldo: Editora Sinodal / Paulus 1998.
9. WESTERMANN, Claus (Hrsg.). *Probleme alttestamentlicher Hermeneutik*. München: Chr. Kaiser Verlag 1960.

## 2. Literatura sobre o Antigo Testamento

1. ALBRIGHT, William Foxwell. *Von der Steinzeit zum Christentum*. München: Leo Lehnen Verlag 1949.
2. -. *Archaeology and the religion of Israel*. Baltimore: The Johns Hopkins Press 1942.
3. -. *The archaeology of Palestine*. Harmondsworth / Middlesex: Penguin Books 1949.
4. -. *Die Bibel im Licht der Alttertumsforschung*. Wuppertal: Aussaat Verlag 1967.
5. ALT, Albrecht. *Die Landnahme der Israeliten in Palästina*. in: Ders. Kleine Schriften zur Geschichte des Volkes Israel. Erster Band. München: C.H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung 1953.
6. -. *Erwägungen über die Landnahme der Israeliten in Palästina*. in: Ders. Kleine Schriften zur Geschichte des Volkes Israel. Erster Band. München: C.H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung 1953.
7. -. *Josua*, in: Ders. Kleine Schriften zur Geschichte des Volkes Israel. Erster Band. München: C.H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung 1953.
8. BIEBERSTEIN, Klaus. *Josua – Jordan – Jericho; Archäologie*,

- Geschichte und Theologie der Landnahmeerzählungen Josua 1-6*. Freiburg, Schweiz: Universitätsverlag / Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht 1995.
9. BRIGHT, John. *A history of Israel*. 2. Ed. Philadelphia: Westminster 1972.
10. DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo / Petrópolis: Sinodal / Vozes 1997.
11. DREHER, Carlos A. A formação social do Israel pré-estatal: uma tentativa de reconstrução histórica a partir do Cântico de Débora (Juízes 5). Belo Horizonte: CEBI 1992.
12. EGELKRAUT, Helmuth. *Das Alte Testament – Entstehung; Geschichte; Botschaft*. Giessen: Brunnen-Verlag 1989.
13. FOHRER, Georg. *Einleitung in das Alte Testament*. 12. Aufl. Heidelberg: Quelle & Meyer 1979.
14. -. *Geschichte Israels: von den Anfängen bis zur Gegenwart*. Heidelberg: Quelle & Meyer 1977.
15. FRITZ, Volkmar. *Die Entstehung Israels im 12. und 11. Jahrhundert v. Chr.* Stuttgart: Kohlhammer 1996.
16. GOTTWALD, Norman K.: *The tribes of Yahweh: a Sociology of the Religion of liberated Israel, 1250-1050 B.C.E.* Maryknoll: Orbis Books 1979.
17. GUNNEWEG, Antonius H.J. *Geschichte Israels bis Bar Kochba*. Bd. 2. 5. Aufl. Stuttgart: Kohlhammer 1984.
18. HECKE, Karl Heinz. *Juda und Israel: Untersuchungen zur Geschichte Israels in vor- und frühstaatlicher Zeit*. Würzburg: Echter Verlag 1985.
19. MENDENHALL, G.E.: *The Tenth Generation: The Origins of the Biblical Tradition*. Baltimore: The John Hopkins University Press 1974.
20. NOTH, Martin. *Geschichte Israels*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1956.
21. -. *Das Buch Josua*. 2. Aufl. Tübingen: Verlag von J.C.B. Mohr (Paul Siebeck) 1952.
22. RENDTORFF, Rolf. *Das Alte Testament – Eine Einführung*. 2. Aufl. Neukirchen-Vluyn: Neukirchener Verlag 1985.
23. RÖSEL, Hartmut. *Israel in Kanaan. Zum Problem der Entstehung Israels*. Frankfurt: Peter Lang 1992.
24. SCHMIDT, Werner H. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Leopoldo: Editora Sinodal / IEPG 1994.
25. SICRE, José Luis. *Los origenes de Israel*. In: *Estudios Bíblicos* 46/1988. Madrid: “Instituto Francisco Suarez” 1988, S. 421-456.
26. SMEND, Rudolf. *Die Entstehung des Alten Testaments*. 3. Aufl. Stuttgart: Kohlhammer 1984.
27. SOGGIN, J. Alberto. *Einführung in die Geschichte Israels und Judas*.

Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft 1991.

28. WEIPPERT, Manfred. *Die Landnahme der israelitischen Stämme in der neueren wissenschaftlichen Diskussion*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht 1967.

29. -. *Albright, William Foxwell (1891-1971)* in TRE Theologische Realenzyklopädie Studienausgabe Bd. 2. Berlin - New York: Walter de Gruyter 1978. p. 193ff.

30. -. *Alt, Albrecht (1883-1956)* in TRE Theologische Realenzyklopädie Studienausgabe Bd. 2. Berlin - New York: Walter de Gruyter 1978.

31. WRIGHT, G. Ernest. *Biblical Archaeology*. Philadelphia: The Westminster Press / London: Gerald Duckworth & Co. Ltd. 1957.

### 3. Literatura sobre o Novo Testamento

1. CARSON, D.A.; MOO, Douglas J.; MORRIS, Leon. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Edições Vida Nova 1997.

2. KÜMMEL, Werner Georg. *Einleitung in das Neue Testament*. 23. Aufl. Heidelberg: Quelle & Meyer 1983.

### 4. Dicionários

1. BAUER, Walter. *Griechisch-Deutsches Wörterbuch*. 5. Aufl. Berlin: Walter de Gruyter & Co. 1971.

2. COENEN, Lothar; BROWN, Colin (Ed.). *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. 2. ed. São Paulo: Edições Vida Nova 2000.

3. GESENIUS, Wilhelm. *Hebräisches und Aramäisches Handwörterbuch über das Alte Testament*. 17. Aufl. Berlin-Göttingen-Heidelberg: Springer-Verlag 1962.

4. JENNI, Ernst; WESTERMANN, Claus (Hrsg.). *Theologisches Handwörterbuch zum Alten Testament*. 3. Aufl. München: Chr. Kaiser Verlag / Zürich: Theologischer Verlag 1984.

### 5. Literatura teológica geral

1. *A Confissão de Augsburg* – Edição comemorativa 1530-2005, São Leopoldo: Editora Sinodal / Porto Alegre: Editora Concórdia / Curitiba: Encontro Publicações 2005.

2. ALAND, Kurt u. Barbara. *Der Text des Neuen Testaments*. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft 1982.

3. BRECHT, Martin. *Martin Luther – Sein Weg zur Reformation 1483-1521*. 2. Aufl. Stuttgart: Calwer Verlag 1983.

4. -. *Martin Luther – Ordnung und Abgrenzung der Reformation 1521-1532*. Stuttgart: Calwer Verlag 1986.

5. HAHN, Ferdinand. *Rückfrage nach Jesus*. Freiburg-Basel-Wien: Herder 1977.

6. HEUSSI, Karl. *Kompendium der Kirchengeschichte*. 17. Aufl. Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck) 1988.
7. MARTI, Kurt. *Die gesellige Gottheit – Ein Diskurs*. Stuttgart: Radius Verlag 1989.
8. PÖHLMANN, Horst Georg. *Abriss der Dogmatik*. 3. Aufl. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus Gerd Mohn 1980.
9. STÖRIG, Hans Joachim. *Kleine Weltgeschichte der Philosophie*. 12. Aufl. Bd. 2, Stuttgart: Fischer Taschenbuch Verlag 1981.
10. WOLFF, Hans Walter. *Anthropologie des Alten Testaments*. 6. Aufl. Gütersloh: Chr. Kaiser Taschenbücher Verlag 1994.
11. ZHRNT, Heinz. *Die Sache mit Gott*. 6. Aufl. München: Deutscher Taschenbuch Verlag & Co. Kg. 1984.

## 6. Literatura da área da psicologia

1. DIEKMEYER, Ulrich. *Handbuch für Eltern*. Bd.2, München-Wien-Zürich: BLV Verlagsgesellschaft mbH 1994.
2. FREY, Dieter; IRLE, Martin. *Theorien der Sozialpsychologie*. 3. Aufl. Bd.1. Bern-Göttingen-Toronto-Seattle: Verlag Hans Huber 1993.
3. OERTER, Rolf u. MONTADA, Leo. *Entwicklungspsychologie*. 2. Aufl. München-Weinheim: Psychologie Verlagsunion 1987.
4. SCHWEITZER, Friedrich. *Lebensgeschichte und Religion*. 2. Aufl. München: Chr. Kaiser Verlag 1991.
5. STROEBE, Wolfgang; HEWSTONE, Miles; CODOL, Jean-Paul(Hrsg.). *Sozialpsychologie*. 2. Aufl. Berlin-Heidelberg-New York-London-Paris-Tokyo-HongKong-Barcelona-Budapest: Springer-Verlag 1992.